



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA

ADM. 2009/2012

Rua Vigário Antunes, 155 - centro - CEP 35.550-000 - Telefone (37) 3341- 8500

Lei nº2.372/2012

Autoriza a cessão de direito real de uso de imóvel para instalação de indústria, no Distrito Industrial, desta cidade e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itapecerica – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Itapecerica, autorizado a ceder direito real de uso de área de 1.140,00 m² (hum mil cento e quarenta metros quadrados), no Distrito Industrial, desta cidade, à firma Daniel Campos Pinto - 12964089655, inscrito no CNPJ sob o nº 14.685.356/0001-10, situada à Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 3100.

Parágrafo Único – A área, de que trata o artigo, confronta-se pela frente com a Av. Presidente Tancredo de A. Neves, numa extensão de 20,00m; pela esquerda com o lote 01 e com Samambaia Serraria de Granitos Ltda, numa extensão de 57,00m; pela direita com o lote 03, numa extensão de 57,00m; pelos fundos com o lote 05, numa extensão de 20,00m.

Art. 2º - A empresa tem o prazo de 90 (noventa) dias, para dar início às obras de construção da indústria e 180 (cento e oitenta) dias para iniciar as operações de produção.

§ 1º – A contagem do prazo de que trata o “caput”, só iniciará quando a Prefeitura Municipal terminar as obras de infra estrutura da extensão do Distrito Industrial.

§ 2º - O Município terá o prazo de 06 (seis) meses para terminar as obras de infra estrutura da extensão do Distrito Industrial, contados à partir da publicação da presente lei.

§ 3º - Não tendo sido concluídas as obras previstas no § 2º, o imóvel cedido se reverterá automaticamente ao Município.

PUBLICADO EM:

14 / 05 / 12



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA

ADM. 2009/2012

Rua Vigário Antunes, 155 - centro - CEP 35.550-000 - Telefone (37) 3341- 8500

Art. 3º - Não iniciadas as obras mencionadas no caput do artigo anterior ou não construída a empresa nos prazos previstos no mesmo artigo ou, ainda, a paralisação de seu funcionamento ou de suas atividades, a qualquer tempo, por período superior a 06 (seis) meses, implicará em reversão, automática, do terreno à Prefeitura Municipal, com todas as benfeitorias, porventura existentes, as quais passarão a integrar o patrimônio municipal, sem direito a indenização de qualquer espécie.

Art. 4º - A concessão de que trata a presente Lei é de caráter exclusivo para os fins a que se destinam devendo ser comunicadas, previamente, a concedente quaisquer alterações nos objetivos sociais da concessionária, para exame e aprovação, sob pena de aplicar-se o disposto no artigo anterior.

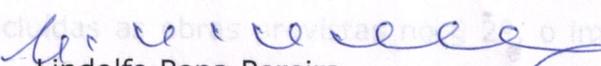
Art. 5º - A presente cessão não pode ser negociada e nem ser transferida a terceiros, a qualquer tempo, sem prévio exame e aprovação da concedente, sob pena de nulidade aplicando-se na ocorrência desta hipótese, o disposto no artigo 3º.

Art. 6º - A escritura de doação será outorgada tão logo esteja regularizada a documentação do imóvel junto ao C.R.I. desta Comarca, devendo constar da escritura, integralmente, o texto desta Lei, ficando seus dispositivos como condições expressas daquela.

Art. 7º - Fica ainda o Sr. Prefeito Municipal autorizado a assinar a escritura de doação, bem como de toda a documentação necessária à execução desta Lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapeçerica, 14 de maio de 2012


Lindolfo Pena Pereira

Prefeito Municipal

